



Principais resultados e dados de 2014:

Ativos totais:	R\$ 281.595.955	Extensão de linhas em km:	30
Receita líquida:	R\$ 36.331.443	Tensão em kV:	440/230
		Subestações:	3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2014.

1) A Companhia

A Araraquara é uma Companhia privada de capital fechado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico - segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 21.761.483, para o período de julho de 2014 a junho 2015 e de R\$ 20.457.969, para o período julho de 2013 a junho de 2014.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2014 e 2013 são:

	2014	2013
• Liquidez geral	230,28%	216,11%
• Liquidez corrente	374,77%	301,94%
• Relação patrimônio líquido/ativo	56,60%	53,73%
• Relação passivo não circulante/Ativo	43,40%	46,27%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	10,90%	6,34%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	19,81%	15,94%
• Endividamento do patrimônio líquido	76,68%	86,10%

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. Em 2014 iniciamos o Programa Jovem Aprendiz dando uma primeira oportunidade de trabalho a futuros profissionais. As ações na área de treinamento têm sido aprimoradas a cada ano. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar entraram no seu segundo ano e foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos, para a criação de um bom ambiente de trabalho, também foi incentivada.

Em 2014 também foi iniciado o primeiro Programa de Liderança da State Grid, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e

gerentes. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

A Companhia incentiva e convida a todos a conhecerem suas ações sociais e ambientais que são apresentadas no Relatório Socioambiental do Grupo State Grid, e que está devidamente disponibilizado no site do Grupo (www.stategridbr.com).

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

A Administração

Demonstrações dos Resultados

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	14	36.331.443	29.017.002
Custo da operação	15	(4.758.759)	(6.384.380)
Lucro bruto		31.572.684	22.632.622
Despesas com pessoal e administradores		(211.216)	(3.224)
Outras despesas/receitas operacionais		(500.246)	(130.532)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		30.861.222	22.498.866
Resultado financeiro	16	(4.516.299)	(7.313.930)
Receita financeira		1.085.716	348.058
Despesa financeira		(5.602.015)	(7.661.988)
Resultado antes dos impostos		26.344.923	15.184.936
Imposto de renda e contribuição social	17	(8.978.499)	(6.183.951)
Lucro líquido do exercício		17.366.424	9.000.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	17.366.424	9.000.985
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	17.366.424	9.000.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	2014	2013
Lucro do exercício antes dos impostos	26.344.923	15.184.936
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos financiamentos	5.731.491	6.137.371
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	185.953	-
Provisão para compensação ambiental (Aumento) redução nos ativos	(957.485)	-
Concessionárias e permissionárias	(352.967)	(480.653)
Ativo financeiro indenizável	(12.003.794)	(7.757.172)
Estoques	(104.600)	(505.060)
Impostos a recuperar	92.169	(97.472)
Adiantamentos a fornecedores	(188.054)	-
Outros ativos	(252.430)	(2.829.950)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(463.177)	(3.354.691)
Tributos e contribuições sociais	1.304.169	701.759
Impostos pagos	(1.787.773)	(1.727.779)
Juros pagos	(5.732.941)	(6.152.899)
Taxas regulamentares	856.516	-
Outros passivos	(2.268.785)	540.806
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	10.403.216	(340.804)
Aquisição de imobilizado e intangível	(111.833)	(37.981)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	(111.833)	(37.981)
Aumento de capital	-	11.490.000
Financiamentos pagos	(5.715.269)	(5.715.269)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento	(5.715.269)	5.774.731
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.576.114	5.471.908
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.628.311	1.156.403
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.204.424	6.628.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

3.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois ou menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Ativo financeiro indenizável

A Companhia reconhece um crédito a receber quando possui direito de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia. Dados históricos são utilizados como base para determinação do ativo financeiro indenizável, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada contrato.

3.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

Ativo	Nota	2014	2013
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.204.424	6.628.311
Concessionárias e permissionárias	7	3.012.064	2.845.049
Adiantamentos a fornecedores		413.344	225.290
Impostos a recuperar		554.734	646.903
Estoque		647.313	542.713
Ativo financeiro indenizável	8	18.750.538	17.764.945
Outros créditos		71.932	66.341
		34.654.349	28.719.552
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	3.488.087	3.229.054
Ativo financeiro indenizável	8	243.298.354	232.280.153
Outros ativos não circulantes		5.352	17.546
Imobilizado		98.789	-
Intangível		51.024	37.981
		246.941.606	235.564.734
Total do ativo		281.595.955	264.284.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2014	2013
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		608.841	1.072.018
Fornecedores - partes relacionadas	19	6.291	-
Financiamentos - terceiros	9	5.957.418	5.958.778
Impostos e contribuições sociais		455.164	938.769
Taxas regulamentares	10	1.821.732	965.216
Outros passivos circulantes		397.401	576.931
		9.246.847	9.511.712
Passivo não circulante			
Financiamentos - terceiros	9	72.393.317	78.108.677
Outras provisões - compensação ambiental		-	957.484
Provisão para contingências	11	20.020.000	20.020.000
Impostos diferidos	12	20.558.352	13.675.398
		112.971.669	112.761.559
Patrimônio líquido	13		
Capital social		167.191.128	167.191.128
Prejuízos acumulados		(7.813.689)	(25.180.113)
		159.377.439	142.011.015
Total do passivo e do patrimônio líquido		281.595.955	264.284.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	155.701.128	(34.181.098)	121.520.030
Aumento de capital	11.490.000	-	11.490.000
Lucro líquido do exercício	-	9.000.985	9.000.985
Saldos em 31 de dezembro de 2013	167.191.128	(25.180.113)	142.011.015
Lucro líquido do exercício	-	17.366.424	17.366.424
Saldos em 31 de dezembro de 2014	167.191.128	(7.813.689)	159.377.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

1. Informações gerais

A Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Araraquara") é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro. Possui uma filial na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia foi constituída em 08 de dezembro de 2008, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisões de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 14/2009, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas no Estado de São Paulo:

(i) Linha de Transmissão Araraquara 2 - Araraquara CTEEP, C1 e C2, 440 kV, com extensão aproximada de 15 km, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara Furnas.

(ii) Linha de Transmissão Araraquara 2 - Araraquara CTEEP, C1 e C2, 440 kV, com extensão aproximada de 15 km, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara CTEEP.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$15.463.152 (valor histórico) e será corrigida anualmente, no mês de julho de cada exercício, com base na variação anual do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 27 de junho de 2013, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.559/2013, estabeleceu a RAP em aproximadamente R\$ 20.457.969 para o período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014.

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em aproximadamente R\$ 21.761.483 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Exceto pelas atualizações da RAP, não houve alteração no contrato de concessão e nas práticas contábeis relacionadas a estes contratos - ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 31 de março de 2015. No exercício de 2014 algumas reclassificações não materiais foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

2.1 Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas

bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.4 Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros a valor justo são mensurados em cada data de fechamento do balanço patrimonial. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros são apresentadas nas respectivas notas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá no mercado principal para o ativo ou passivo ou na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia definida pelo CPC 46, as quais:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;



ARARAQUARA

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23

benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8 Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre serviços prestados.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9 Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR)

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) *pro rata tempore*, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

Mensalmente a provisão para a RGR é reconhecida tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), esta que é definida anualmente pela ANEEL.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Programa de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. As provisões são atualizadas mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

TFSEE

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

3.10 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.13 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.14 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Receita financeira de concessão

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a

taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

3.15 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, adiantamentos a receber e ativo financeiro indenizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de adiantamentos a receber e ativo financeiro indenizável são classificados como ativos financeiros justo por meio de resultado.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

4.1. Pronunciamentos que entraram em vigor em 2014

Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)) - Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - alterações ao CPC 39 - Essas alterações esclarecem o significado de "atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação" e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge - alterações ao CPC 38 - Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar *hedges* descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de *hedge* atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos - A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, uma vez que este aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Melhorias anuais - ciclo 2010-2012 - O IASB emitiu sete alterações a seis normas, incluindo uma alteração à IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo. A alteração à IFRS 13 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014, esclarecendo, na Base de Conclusões, que as contas a receber e contas a pagar não circulante sem taxas de juros declaradas podem ser mensuradas a valores faturados quando o efeito do desconto for insignificante. Essa alteração à IFRS 13 não tem impacto sobre a Companhia.

Melhorias anuais - ciclo 2011-2013 - O IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. Essa alteração à IFRS 1 não causa impacto sobre a Companhia, uma vez que suas demonstrações financeiras são preparadas com base em IFRS em vigência.

4.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

Existem pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. A Companhia está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar esses pronunciamentos quando entrarem em vigência, se aplicáveis.

Os pronunciamentos a serem analisados são: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas, Alterações na IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado, Melhorias anuais - Ciclo 2010-2012, IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 8 - Segmentos Operacionais, IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 38 - Ativo Intangível, IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas, Melhorias Anuais - Ciclo 2011-2013, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo, IAS 40 - Propriedade para Investimento, IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes, Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias, Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, Alterações à IAS 16 e a IAS 41 - Agricultura: Plantas Frutíferas e Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa	30.434	30.434
Bancos	289.434	1.205.423
Aplicações financeiras	10.884.556	5.392.454
	11.204.424	6.628.311

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

	2014	2013
Títulos e valores mobiliários	3.488.087	3.229.054
	3.488.087	3.229.054

Saldo apresentado como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o BNDES (nota explicativa 9).

7. Concessionárias e permissionárias

	2014	2013
A vencer	2.745.189	2.378.386
Vencidas até 30 dias	127.200	334.174
Vencidas até 60 dias	11.679	10.254
Vencidas até 90 dias	18.548	14.578
Vencidas acima de 90 dias	295.401	107.657
	3.198.017	2.845.049

(-) PCLD	(185.953)	-
	3.012.064	2.845.049

Em função do giro do contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária.

Segue movimentação da PCLD no exercício de 2014:

Saldo em 1º de janeiro de 2014	-	-
Reversão	-	-
Complemento de provisão	(185.953)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(185.953)	-

8. Ativo financeiro indenizável

	2014	2013
Circulante	18.750.538	17.764.945
Não circulante	243.298.354	232.280.153
	262.048.892	250.045.098

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação o ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente da ANEEL ou para quem for delegada essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

9. Financiamentos

	2014	2013
	Não Circulante	Não Circulante
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ("BNDES")	5.957.418	72.393.317
	5.957.418	72.393.317

Em 26 de janeiro de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$84.000.000 destinado a aquisição de máquinas e equipamentos e compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão. Sobre este financiamento incidem juros de 2,21% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), observada a seguinte sistemática:

- Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do financiamento e no seu vencimento ou liquidação, e apurado mediante a incidência de TJLP sobre o saldo devedor; e o percentual de 2,21%, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor.
- Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de 2,21% ao ano acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor.

Esse financiamento será pago em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de novembro de 2012 e a última vencerá em 15 de outubro de 2028.

Garantias

- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Covenants

A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

2016	5.715.269
2017	5.715.269
2018	5.715.269
2019 - 2028	55.247.510
	72.393.317

10. Taxas regulamentares

	2014	2013
Quota de reserva global de reversão (RGR)	1.382.290	727.295
Taxa de fiscalização (TFSEE)	189.897	102.290
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	216.209	126.433
Outras	33.336	9.198
	1.821.732	965.216

11. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2014	2013
Meio ambiente	20.020.000	20.020.000
	20.020.000	20.020.000

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2014	2013
Trabalhista	213.291	-
Meio ambiente	3.000.000	-
	3.213.291	-

12. Impostos diferidos passivos

	2014	2013
Efeito da adoção do ICPC 01	20.558.352	13.675.398
	20.558.352	13.675.398



ARARAQUARA

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 167.191.128 dividido em 167.191.128 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$1 cada.

Durante o exercício de 2013 foram realizados adiantamentos para futuro aumento de capital, nas seguintes datas e valores:

Data	Valor
14 de janeiro	3.800.000
14 de março	2.719.882
16 de maio	2.120.118
31 de outubro	2.850.000
Total	11.490.000

A aprovação do aumento de capital com os AFAC's somam R\$ 11.490.000 ocorreu no dia 5 de novembro de 2013 através de Assembleia Geral Extraordinária. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	2014 e 2013
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. A Companhia não constituiu reserva legal, visto que o lucro do exercício absorveu prejuízos acumulados.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76. A Companhia não propôs dividendos visto que o lucro do exercício absorveu prejuízos acumulados.

14. Receita operacional líquida

	2014	2013
Receita operacional bruta	38.203.595	30.647.113
Receita de operação e manutenção	7.224.603	6.598.298
Receita financeira de construção e outras	27.927.738	21.046.134
Outras	3.051.254	3.002.681
Deduções da receita operacional	(1.872.152)	(1.630.111)
PIS/COFINS	(952.659)	(854.128)
Quota para RGR	(654.995)	(564.112)
P&D	(264.498)	(211.871)
	36.331.443	29.017.002

15. Custo da operação

	2014	2013
Pessoal	(2.357.573)	(1.020.753)
Material	(2.506.560)	-
Serviços de terceiros	(2.235.109)	(2.659.640)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica	(130.999)	(108.224)
Custo de construção e outras	2.471.482	(2.595.763)
	(4.758.759)	(6.384.380)

16. Resultado financeiro

	2014	2013
Receita financeira	1.085.716	348.058
Receitas de aplicações financeiras	1.083.830	342.396
Outras	1.886	5.662
Despesa financeira	(5.602.015)	(7.661.988)
Juros sobre financiamentos (nota explicativa 10)	(5.731.491)	(6.137.371)
Outras	129.476	(1.524.617)
	(4.516.299)	(7.313.930)

17. Base do imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)

	2014	2013
Receitas brutas (i)	23.148.547	19.887.261
Base de cálculo (8%)	1.851.884	1.590.981
Outras receitas	4.136.969	3.350.738
Base de cálculo	5.988.853	4.941.719
IR devido	1.473.214	1.211.430
(+) IR diferido	6.882.954	4.456.172
Total de IRPJ	8.356.168	5.667.602

	2014	2013
Receitas brutas (i)	23.148.547	2.385.471
Base de cálculo (12%)	2.777.826	2.385.471
Outras receitas	4.136.969	3.350.738
Base de cálculo	6.914.795	5.736.210
Total de CSLL	622.331	516.349
	(8.978.499)	(6.183.951)

(i) Para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social (IR/CS) de acordo com o lucro presumido, apenas a receita operacional (originária da conta de concessionárias e permissionárias) é utilizada na apuração. Na nota explicativa 14 o saldo da receita apresenta ajustes decorrentes da adoção do ICPC 01(R1), estes que não foram considerados base para o IR/CS.

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2014 e 2013, a Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Segue instrumentos financeiros ativos e passivos classificados pelas suas categorias e comparados ao ser valor justo:

Descrição	Nota	Valor Contábil		Valor Justo	
		2014	2013	2014	2013
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5				
Ativo financeiro indenizável	8	11.204.424	6.628.311	11.204.424	6.628.311
Concessionárias e permissionárias	7	3.012.064	2.845.049	3.012.064	2.845.049
Títulos e valores mobiliários	6	3.488.087	3.299.054	3.488.087	3.299.054
		279.753.467	262.817.512	279.753.467	262.817.512
Passivo					
Financiamentos	9	78.350.735	84.067.455	78.350.735	84.067.455
Fornecedores - terceiros	19	608.841	1.072.018	608.841	1.072.018
Fornecedores - partes relacionadas		6.291	-	6.291	-
		78.965.867	85.139.473	78.965.867	85.139.473

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo		Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	5		11.204.424	6.628.311
Ativo financeiro indenizável	8		262.048.892	250.045.098
Ativos mensurados pelo custo amortizado		Nota	2014	2013
Concessionárias e permissionárias	7		3.012.064	2.845.049
Títulos e valores mobiliários	6		3.488.087	3.299.054
Passivos mensurados pelo custo amortizado		Nota	2014	2013
Financiamentos	9		78.350.735	84.067.455
Fornecedores - terceiros	19		608.841	1.072.018
Fornecedores - partes relacionadas			6.291	-

18.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de financiamento. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados ao contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

19. Partes Relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	2014	2013
19.1 - Passivo		
Fornecedor (i)	6.291	-
19.2 Resultado		
Despesa aluguel (i)	43.198	62.071

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

20. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

	2014	2013
Responsabilidade civil	103.760.824	103.760.824
Seguro patrimonial	148.871.521	148.871.521
Veículos	19.559	32.000
	252.651.904	252.664.345

RAMON SADE HADDAD

Diretor Presidente

MURILO MAGALHÃES NOGUEIRA

Diretor

ALDREA GIORGIA WERNECK

Contadora - CRC RJ-110226/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Araraquara Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Araraquara Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Araraquara Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Walter Garcia Neumayer

Contador CRC - 1RJ 091.659/O-0